



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ- ESTADO DE SANTA CATARINA

Procedimento administrativo DPE/SC – Itajaí – Defesa dos Direitos Sociais em face da Fazenda Pública- nº 262/16

Prioridade especial de tramitação do presente feito.

Art. 1.048, inc. I do novo Código de Processo Civil.

REJANE RAMOS SOARES PEREIRA, brasileira, casada, aposentada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.815.602, inscrito no CPF nº 462.808.804-78, sem endereço eletrônico (e-mail), residente e domiciliado na Rua Benedita Prata Alves, n. 352, Bairro Praia Brava, Itajaí-SC, CEP: 88306-726, telefone (47) 8422-3874 vem, assistida juridicamente pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, na pessoa do Defensor Público que esta subscreve, dispensado de apresentação de instrumento de mandato, por força do disposto no art. 128, inc. XI, da LC 80/94 e artigo 46, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 575/2012, respeitosamente à presença de V. Exª., propor:

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PARA O FORNECIMENTO DE
MEDICAMENTO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**

Em face do **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 83.102.277/0001-52, com endereço para recebimento de

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

citação na Rua Alberto Werner, nº 100, CEP: 88304-053, e em face do **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 82.951.229/0001-76, com endereço para recebimento de citações na Avenida Osmar Cunha, nº 220, Centro, Edifício J.J. Cupertino Medeiros, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88.015-100, com supedâneo nos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir delineados:

1. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

A autora, que conta com 45 (quarenta e cinco) anos de idade, é aposentada por invalidez, auferindo a este título R\$ 1.060,95 (mil e sessenta reais e noventa e cinco centavos) mensais.

Também faz parte do seu núcleo familiar o seu esposo, que labora como recepcionista, percebendo salário no valor de R\$ 2.196,17 (dois mil cento e noventa e seis e dezessete centavos) mensais.

Assim, a subsistência da família, também composta por um filho comum menor de idade, é garantida tão somente por meio dos rendimentos *supra*.

Nesta senda, a requerente, conforme se verifica também da declaração de pobreza e documentos relativos à renda anexos, faz jus à concessão dos benefícios da justiça gratuita, à luz dos artigos 98 à 102 do novo Código de Processo Civil, vez que sua situação econômica não lhe permite arcar com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento.

Assim, frente aos fundamentos legais trazidos à baila e considerando que já possui gastos ordinários com alimentação e necessidades básicas de sobrevivência, justifica-se, do ponto de vista financeiro e legal, o deferimento da gratuidade da justiça em prol da parte autora.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



2. DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS

A autora encontra-se acometida com Neoplasia Maligna de Cólon (CID 10 C 18.9), estágio clínico IV, conforme consta no relatório médico anexo a esta exordial.

Primeiramente, mister salienta que a neoplasia maligna de cólon abrange tumores que acometem um segmento do intestino grosso (o cólon) e o reto, sendo um dos tipos de câncer com maior incidência.

Os tumores, após o diagnóstico, são classificados em estágios de 0 (zero) a IV (quatro). Quando classificados como estágio IV (quatro), como é o caso da parte autora, significa que o tumor já atingiu órgãos distantes como pulmões ou fígado.

Salienta-se ainda que é indispensável que o câncer de cólon seja retirado, o que se dá através de um procedimento cirúrgico. Associado a cirurgia, dependendo do estágio do tumor, conforme mencionado acima, e da existência ou inexistência de metástase, o tratamento da enfermidade pode requerer também a realização de quimioterapia, radioterapia e/ou o uso de medicamentos.

In casu, a autora está em tratamento quimioterápico paliativo (conforme relatório anexo). Este procedimento é indicado para obter a redução parcial do tumor, com o objetivo de permitir uma complementação terapêutica com cirurgia e/ou radioterapia.

Pois bem.

De acordo com o relatório e questionário médicos que acompanham a exordial, a autora já fez uso dos quimioterápicos disponíveis pelo SUS, entretanto, apenas houve o controle temporário da doença.



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Em outros termos, os medicamentos padronizados pelo SUS não surtiram o efeito desejado.

Assim, conforme relata o seu médico, a autora apresenta agora indicação para fazer uso do medicamento Panitumumab 6 mg/Kg, a cada 14 dias, até a progressão ou toxicidade.

Sucedo que o Panitumumab, de acordo com o que consta no menor orçamento apresentado (orçamentos anexos a esta inicial), tem o custo de R\$ 1.811,25 (mil oitocentos e onze reais e vinte e cinco centavos) para 5 ml, sendo que cada ml conta com 20 mg (conforme bula do medicamento anexa).

Ou seja, 100mg do medicamento multicitado custam pelo menos R\$ 1.811,25 (mil oitocentos e onze reais e vinte e cinco centavos).

A autora precisa fazer uso, a cada 14 dias, conforme resposta ao item 3.1 do questionário médico anexado, de 500 mg.

Assim sendo, por mês, seriam necessários aproximadamente (já que um mês possui 28 dias ou mais), 1.000 mg do fármaco em questão, o que alcança o importe de R\$ 18.112,5 (dezoito mil cento e doze reais e cinquenta centavos).

Destarte, cristalino que o custo do sobredito medicamento atinge importe totalmente incompatível com os rendimentos da autora.

Ademais, o medicamento em questão não é disponibilizado pelo SUS (segundo relatório médico), razão pela qual a autora, ao procurar as Secretarias de Saúde do município e estado réus, teve negado o seu pleito de fornecimento gratuito do fármaco.

Salta aos olhos que, à luz da farta documentação colacionada a esta vestibular, a consequência da paciente, ora autora desta demanda, não ser submetida ao

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

tratamento indicado é a progressão da doença, inclusive, podendo vir a ocorrer o seu óbito.

Destarte, considerando a omissão do Município de Itajaí e do Estado de Santa Catarina, bem como diante da hipossuficiência financeira da parte autora, para não ocorrer o pior, não restou alternativa senão a propositura da presente ação.

3. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

3.1. DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

A pertinência subjetiva da lide em seu polo passivo deve-se ao comando da Constituição Federal no sentido de que as ações e serviços públicos da saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único a ser financiado com recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes (artigo 198 da CF/88).

Por sua vez, o Sistema Único de Saúde – SUS, já previsto no art. 198 da CF/88, foi instituído por meio da Lei nº. 8.080/90, a qual tem por objetivo garantir a integridade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitam em qualquer grau de complexidade. Dentre os objetivos do referido sistema, há de se destacar a assistência às pessoas, por meio de ações que visem à promoção, proteção, e, inclusive, recuperação da saúde.

No que tange a responsabilidade solidária de todos os entes da federação, é pacífico o entendimento do E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO POR INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO
DE FAZER VISANDO O FORNECIMENTO DE
MEDICAMENTO - INSURGÊNCIA EM RAZÃO DO
DEFERIMENTO DO PEDIDO DE CHAMAMENTO À LIDE

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

DO ESTADO DE SANTA CATARINA - DESNECESSIDADE - OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DE TODOS OS ENTES DA FEDERAÇÃO - RECURSO PROVIDO. "Na ambiência de ação movida por pessoa desaparecida de recursos financeiros, buscando o fornecimento de medicação, sendo comum a competência dos entes federados (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) que compõem o SUS - Sistema Único de Saúde e solidária a responsabilidade deles pelo cumprimento da obrigação de velar pela higidez do acionante (art. 23, II e 198, § 1º da Constituição da República), poderá este exigi-la de qualquer dos coobrigados, que, de consequente, ostentam legitimidade ad causam para figurar no polo passivo do feito." (Agravado de Instrumento nº 2009.032987-3, de Itajaí, rel. Des. João Henrique Blasi, publ. 26/02/2010) (TJSC, Agravado de Instrumento n. 2012.055584-9, de Balneário Piçarras, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 23-10-2012). (Grifou-se)

REEXAME NECESSÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO PARA O TRATAMENTO DE DEPRESSÃO E PARALISIA DOS MEMBROS INFERIORES. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INACOLHIMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. QUESTÃO PACIFICADA NA JURISPRUDÊNCIA. MÉRITO. DIREITO À SAÚDE QUE SE SOBREPÕE AOS INTERESSES FINANCEIROS DOS ENTE PÚBLICO DEMANDADO. ASSISTÊNCIA GARANTIDA PELA NORMA CONSTITUCIONAL. IMPRESCINDIBILIDADE DO TRATAMENTO CORROBORADA POR RECEITA MÉDICA FORNECIDA POR MÉDICO VINCULADO AO SUS. SENTENÇA QUE ADEQUADAMENTE FIXOU A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTRACAUTELA SEMESTRAL. ISENÇÃO DE CUSTAS (LCE N. 156/1997, ARTS. 33 E 35, "H"). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APRECIACÃO EQUITATIVA. ART. 20, § 4º, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA DESPROVIDA. (TJSC, Reexame Necessário n. 2013.007251-3, de Chapecó, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 02-05-2013).

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Assim, os três entes federais respondem pela prestação de ações e serviços necessários à promoção, proteção e recuperação da saúde pública. Logo, é inquestionável a legitimidade do Município de Itajaí e do Estado de Santa Catarina para atuarem no polo passivo da presente demanda.

3.2. DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

De acordo com o art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Um direito social que compõe um núcleo de direitos que são o mínimo necessário a uma vida digna, conforme os arts. 1º e 6º do mesmo diploma.

O direito à saúde também se encontra intimamente vinculado ao direito à vida, assegurado no caput do artigo 5º da Constituição Federal, uma vez que o perecimento da saúde conduz inexoravelmente ao fim da vida.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 5º garante a inviolabilidade do direito à vida, a todos sem qualquer distinção, resta justificado reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes.

Observe-se ainda que o direito à saúde, bem como o correspondente dever do Estado de provê-la, também encontra apoio nos diplomas internacionais dos quais o Brasil é signatário¹ e que, segundo uma interpretação sistemática do artigo 5º da Constituição Federal, possuem aplicabilidade imediata.

¹ Neste sentido, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Resolução 217 da Assembléia Geral da ONU em 1948 e da qual o Brasil é signatário, determina, em seu Art. XXV, que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, além de cuidados médicos, bem como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, dotado da coercibilidade que lhe é peculiar, aprovado no Brasil pelo Decreto



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Os Tribunais Superiores reconhecem o direito à saúde como um direito subjetivo e fundamental que é exigível em Juízo, chamado de dimensão positiva (prestacional) do direito ao mínimo existencial, não podendo ser classificado como era outrora, de norma programática.

Dessas constatações, se depreende que o fornecimento adequado de tratamento à saúde é serviço público essencial, devendo compreender todos os meios materiais possíveis e adequados à busca do tratamento de doenças, tudo com a finalidade de preservar e melhorar a saúde da população a fim de se alcançar a dignidade da pessoa humana e a plena fruição dos direitos fundamentais.

No que tange à relação existente entre o direito à saúde e a dignidade da pessoa humana, leciona o mestre Ingo Wolfgang Sarlet, *in* A Eficácia dos Direitos Fundamentais, 11ª Ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012, p. 310 e 319/320:

[...] na base dos quatro direitos sociais expressamente consagrados pelo Constituinte, se encontra a necessidade de preservar a própria vida humana, não apenas na condição de mera sobrevivência física do indivíduo (aspecto que assume especial relevância no caso do direito à saúde), mas também de uma sobrevivência que atenda aos mais elementares padrões de dignidade. Não devemos esquecer que a dignidade da pessoa humana, além de constituir um dos princípios fundamentais da nossa ordem constitucional (art. 1º, inc. III, da CF), foi guindada à condição de finalidade precípua da ordem econômica (art. 170, *caput*, da CF). (Grifou-se)

E completa:

Legislativo 226, de 12.12.1991 e promulgado pelo Decreto 591, de 06.07.1992, que prevê em seu Artigo 12 que os Estados-partes reconhecem o direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

[...] uma existência digna abrange mais do que a mera sobrevivência física, situando-se além do limite da pobreza absoluta. Sustenta-se, neste sentido, que se uma vida sem alternativas não corresponde às exigências da dignidade humana, a vida humana não pode ser reduzida à mera existência. [...] a dignidade da pessoa humana apenas estará assegurada 'quando for possível uma existência que permita a plena fruição dos direitos fundamentais', de modo especial, quando seja possível o pleno desenvolvimento da personalidade'. (Grifou-se)

Além disso, à Administração pública não é dado o poder discricionário de concretizar ou não políticas públicas direcionadas à saúde. Nesse contexto, ainda que a Administração Pública deva se alicerçar por referências atuariais, nada pode obstruir o fim último de comando constitucional, devendo-se ver o direito do cidadão em toda a sua extensão, independentemente dos contornos das políticas públicas e gestão de recursos.

Desse modo, a clássica argumentação da ausência de recursos e da incompetência do Judiciário para decidir sobre a alocação e destinação de recursos públicos, não pode prevalecer, uma vez que está em jogo a preservação do bem maior da vida humana.

Neste sentido, colhe-se da jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO PARA O TRATAMENTO DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. DIREITO À SAÚDE QUE SE SOBREPÕE AOS INTERESSES FINANCEIROS DO ENTE PÚBLICO DEMANDADO. ASSISTÊNCIA GARANTIDA PELA NORMA CONSTITUCIONAL. PRESCRIÇÃO MÉDICA EMITIDA POR MÉDICO VINCULADO AO SUS. PRESUNÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO PELAS

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

ALTERNATIVAS TERAPÊUTICAS FORNECIDAS NOS PROGRAMAS OFICIAIS. SENTENÇA QUE, INCLUSIVE, CONDICIONOU A ENTREGA À PRESTAÇÃO DE CONTRACAUTELA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E ARBITRAMENTO DE URH'S. NECESSIDADE DE EXCLUSÃO DA SEGUNDA VERBA. CUMULAÇÃO VEDADA PELO ART. 17, I, DA LCE N. 155/1997. APELO DESPROVIDO. REMESSA PARCIALMENTE PROVIDA. (TJSC, Apelação Cível n. 2013.011464-6, de Palhoça, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 09-05-2013). (Grifou-se)

APELAÇÃO CÍVEL, RECURSO ADESIVO E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADORA DE ARTRITE REUMATÓIDE GRAVE - CID M05.9. DEVER DO PODER PÚBLICO DE ASSEGURAR O DIREITO FUNDAMENTAL E INDISPONÍVEL À SAÚDE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 6º E 196. NECESSIDADE DE MEDICAMENTO DE USO CONTÍNUO NÃO PADRONIZADO PELO SERVIÇO DE SAÚDE PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER NO SENTIDO DE ASSEGURAR A PROTEÇÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL QUE NÃO PODE SER OBSTADA POR RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE E À VIDA SOBRE O INTERESSE ECONÔMICO DO ENTE PÚBLICO. CONTRA-CAUTELA CONSISTENTE NA COMPROVAÇÃO, PELA PARTE AUTORA, DE QUE A NECESSIDADE DO FORNECIMENTO PERSISTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ESTIPULADOS EM VALOR ADEQUADO. RECURSOS E REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDOS. (TJSC, Apelação Cível n. 2013.009164-7, de Itajaí, rel. Des. Nelson Schaefer Martins, j. 09-04-2013). (Grifou-se)

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Desta forma, sendo a parte autora hipossuficiente financeiramente e havendo a necessidade de medicamento específico, devidamente comprovado por médico especializado, caracterizado está o dever do réu de atender a garantia constitucional do direito à saúde e à vida.

4. DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

O autor requer, por oportuno, a concessão dos efeitos da tutela antecipada, uma vez que estão presentes seus requisitos, nos termos do artigo 461, §3º e 273 do Código de Processo Civil: prova inequívoca da verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável.

Com efeito, o *fundado receio de dano irreparável* se apresenta em razão da necessidade do autor em se submeter imediatamente ao tratamento, **sob pena de progressão da doença e de vir a óbito.**

Corroborando esta cruel perspectiva, registram-se aqui as respostas do médico oncologista, Dr. Gustavo Gastal, CRM 20.181, ao questionário fornecido por esta Defensoria Pública:

8. Qual(is) a(s) consequência(s) caso o(a) paciente não seja submetido(a) ao tratamento indicado em prazo razoável?

“Risco de progressão e óbito.”

9. Há risco de morte ou de agravamento do quadro clínico atual?

“Sim. Doença avançada.”

10. Configura urgência?

“Sim. Risco de óbito”.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Quanto à *verossimilhança das alegações* da parte autora, a promoção do direito à saúde – e o seu respectivo custeio como obrigação imposta constitucionalmente e legalmente ao Poder Público – restou demonstrado com as razões de direito expostas. Quanto aos fatos alegados, diga-se que a verossimilhança das alegações da parte autora não depende da avaliação pericial do seu quadro clínico.

É que, como sabido, a formação do juízo de verossimilhança necessária ao deferimento da antecipação dos efeitos da tutela prevista no art. 273 do Código de Processo Civil se dá através do exercício de cognição sumária, adotada pelo legislador, segundo Kazuo Watanabe (*in Da Cognição no Processo Civil*, DPJ Editora, 3ª ed., p. 131), quando, “*em razão da urgência e do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, ou para a antecipação do provimento final, nos casos permitidos em lei, ou ainda em virtude de particular disciplina da lei material, faz-se suficiente a cognição superficial para a concessão da tutela reclamada*”. (Grifou-se)

Entendido o verossímil como “*o não suficiente para a declaração da existência ou da inexistência do direito*” (Luiz Guilherme Marioni e Sérgio Cruz Arenhart, *In Manual do Processo de Conhecimento*, Ed. RT, 5ª ed. p. 215) ou como “*o que tem a aparência de ser verdadeiro*” (Piero Calamandrei, apud Kazuo Watanabe, op. cit., p. 147) fica clara a pertinência técnica da cognição sumária para os fins do art. 273 do Código de Processo Civil, já que sua natureza verticalmente limitada mostra-se conveniente para permitir um pronunciamento célere que afaste a urgência adveniente do apontado perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.

Nesse passo, a compreensão do que seja a prova inequívoca sobre a qual recai a cognição sumária com vistas à formação do juízo de verossimilhança não se deve impregnar das rígidas exigências da prova – *in casu*, pericial – sobre a qual recai a cognição exauriente com vistas à formação do juízo de certeza.

Daí ser possível ao interessado valer-se a título de prova inequívoca da verossimilhança de suas alegações, como Luiz Guilherme Marioni e Sérgio Cruz

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Arenhart, “de prova documental, de prova testemunhal ou pericial antecipadamente realizadas e de laudos ou pareceres de especialistas, que poderão substituir, em vista da situação de urgência, a prova pericial. (Op. cit., loc. Cit – Grifou-se).

Duas outras circunstâncias reforçam a autoridade da opinião dos referidos mestres: a) A especialista que elaborou os documentos médicos que instruem a presente é profissional habilitado ao exercício de profissão regulamentada por lei – e fiscalizada por sua autarquia federal – tal como exigido pelo art. 5º, XIII, da Constituição Federal; b) Com efeito, a *ratio* que orientou o constituinte originário ao positivar o direito à liberdade de profissão em norma de eficácia limitada – e não em norma de eficácia plena – foi justamente conciliar a referida liberdade individual com o interesse social de peculiar exigência de boa prática profissional para o desempenho de certas atividades.

Sendo assim, deve ser entendido que médicos legalmente habilitados ao exercício da profissão prescrevem medicamentos cuja segurança e eficácia é ao menos verossímil, já que é exatamente a habilitação que assegura o interesse social de exigência de boa prática médica tal como protegido pela Constituição da República.

Nesse passo, é possível concluir que recusar o caráter de prova inequívoca aos documentos médicos que instruem a presente e exigir dilação probatória para a formação do juízo de verossimilhança necessário ao deferimento da antecipação dos efeitos da tutela acaba por violar o art. 273 do Código de Processo Civil, já que importa em adoção de *cognição exauriente* para situação em que a lei prevê o emprego de cognição sumária.

Portanto, verificam-se presentes os pressupostos da *prova inequívoca e da verossimilhança*, consubstanciados nos documentos juntados que demonstram a indispensável necessidade do medicamento para o tratamento do autor.

Nesse norte, decidiu recentemente o E. Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Saúde pública. Fornecimento de remédio. Direito constitucional social e fundamental. Tutela antecipada. Suficientemente demonstrados, em análise que a fase permite, os requisitos indispensáveis fixados pela legislação processual civil de regência, pode ser concedida a antecipação dos efeitos da tutela para fornecimento de medicamento essencial ao tratamento de enfermidade grave àquele que não possui condições financeiras para manter a saúde física ou mental. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2012.059344-7, de São João Batista, rel. Des. Sônia Maria Schmitz, j. 16-05-2013). (Grifou-se)

Com isso, comprova-se a necessidade da aplicação dos efeitos da tutela antecipada.

Diante do exposto, requer-se seja concedida a antecipação dos efeitos da tutela, ante o preenchimento dos requisitos legais para tanto, para que os réus sejam obrigado a fornecer **IMEDIATAMENTE** o seguinte medicamento, na seguinte posologia: **Panitumumab 500 mg a cada 14 dias**, sob pena de, não o fazendo, ser condenado a multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ou outro valor que entender Vossa Excelência adequado, nos termos do artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo de medidas outras que visem o resultado prático equivalente (art. 461, § 5º, CPC), para a percepção do medicamento.

Requer, ainda, caso os réus não atendam a determinação judicial para a disponibilização do referido medicamento, que seja realizado o bloqueio e subsequente sequestro de valores para tal desiderato.

Por oportuno, vale ressaltar que o bloqueio de valores mostra-se imperioso quando permanece a inércia do Estado face uma ordem judicial. Dessa forma, é possível determinar o bloqueio das contas públicas como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como assegurar o exercício do direito à saúde.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Deve-se atentar para a nova redação dada ao artigo 461, §5º do Código de Processo Civil:

Art 461, §5º. (...) para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

Vale reforçar que, conforme entende a doutrina e jurisprudência de forma pacífica, tal redação não se constitui em *numerus clausus*, ao contrário, enuncia apenas formas exemplificativas que auxiliam o magistrado a dar maior efetividade à tutela concedida, não havendo, por isso, como sustentar afronta ao princípio da separação dos poderes, vez que o que se persegue é tão somente garantir a efetividade das decisões jurisdicionais.

Importante salientar que a Jurisprudência vem se consolidando no sentido de ser perfeitamente possível o bloqueio de valores quando há inércia do ente estatal na prestação dos direitos individuais e sociais fundamentais, por ser este o meio mais eficaz para a realização e efetivação desses direitos.

Nesse sentido, têm-se os seguintes julgados:

AGRAVO. DIREITO À SAÚDE. PEDIDO DE AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTO A TRATAMENTO CONTRA DROGADIÇÃO SOB PENA DE BLOQUEIO DE VALORES NAS CONTAS DO MUNICÍPIO. 1. Consagrando o direito à saúde, de matriz constitucional, não somente é admissível como é recomendável a antecipação de tutela, diante da omissão de poder público em providenciar avaliação e - se necessário - tratamento adequado a drogadito na rede conveniada ao SUS ou,

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

na falta desta, em nosocômio particular. 2. **O bloqueio de valores é medida legalmente prevista que visa a assegurar a tutela específica da obrigação quando o obrigado permanece inerte diante da determinação judicial.** NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (SEGredo DE JUSTIÇA) (Agravado de Instrumento Nº 70014040356, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 12/04/2006). (grifo nosso).

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 182/STJ. CUSTEIO DE MEDICAMENTO. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE.

ART. 461, § 5º, DO CPC.

1. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada" (Súmula n. 182 do STJ).

2. A Constituição Federal excepcionou da exigência do precatório os créditos de natureza alimentícia, entre os quais incluem-se aqueles relacionados à garantia da manutenção da vida, como os decorrentes do fornecimento de medicamentos pelo Estado.

3. **É lícito ao magistrado determinar o bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamento médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde.** Nessas situações, a norma contida no art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil deve ser interpretada de acordo com esses princípios e normas constitucionais, sendo permitida, inclusive, a mitigação da impenhorabilidade dos bens públicos.

4 - Agravo regimental não-provido.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

(AgRg no REsp 795.921/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 14.03.2006, DJ 03.05.2006 p. 189). (grifo nosso).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTA ESTATAL. CABIMENTO E ADEQUAÇÃO. 1. O fornecimento gratuito de realização do exame postulado constitui responsabilidade do Estado. 2. O bloqueio de valores faz-se necessário quando permanece a inadimplência do Estado. O objetivo é garantir o célere cumprimento da obrigação de fazer diante da imperiosa necessidade de imediato atendimento da decisão judicial. Recurso desprovido. (Agravado de Instrumento Nº 70012032967, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 28/09/2005). (grifo nosso).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COMINATÓRIA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ALEGADA AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA NO PEDIDO LIMINAR. DESCABIMENTO HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA CARACTERIZADA. POSSIBILIDADE DE SEQUESTRO DE VERBA DO ESTADO-RÉU. PEDIDO DE DILAÇÃO DO PRAZO PARA O FORNECIMENTO DO FÁRMACO REQUERIDO. VIABILIDADE DECISÃO PARCIALMENTE REFORMADA NESTE PONTO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. (...) IV. “Muito mais útil e eficaz do que astreinte, é possível a imposição do bloqueio e/ou sequestro de verbas públicas para garantir o fornecimento de medicamentos pelo Poder Público a portador de doença grave, como medida executiva (coercitiva) para efetivação da tutela, ainda que em caráter excepcional, eis que o legislador deixou ao arbítrio do Juiz a escolha das medidas que melhor se harmonizem às peculiaridades de cada caso concreto (CPC, art. 461, § 5º). Portanto, em caso de comprovada urgência, é possível a aquisição, mediante sequestro de verba pública, de medicamento necessário à manutenção da saúde de pessoa carente de recursos para adquiri-lo, sendo inaplicável o regime

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

especial dos precatórios (CF, art. 100), utilizado nas hipóteses de execução de condenações judiciais contra a Fazenda Pública, pois, na espécie, deve ser privilegiada a proteção do direito à vida e à saúde do paciente” (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2012.077381-8, de Rio do Sul, rel. Des. Jaime Ramos, j. 7.2.2013) (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2012.042494-6, de Rio do Sul, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 12-03-2013).

Por conseguinte, o bloqueio de valores pertencentes aos entes solidários é medida que se impõe como necessária, caso haja descumprimento da decisão judicial pelos réus, para fins de custeio do referido medicamento em prol da parte autora (orçamentos em anexo).

6. DOS PEDIDOS

Pelos motivos expostos, estando devidamente comprovada a necessidade dos medicamentos, bem como os danos que sua privação representa para a vida do autor, requer-se:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita;

b) a antecipação de tutela, *inaudita altera parte*, com a expedição de mandado de intimação ao representante judicial dos réus, para cumprimento **URGENTE** e **IMEDIATO** da obrigação de fazer que consiste no fornecimento e aplicação do seguinte medicamento e posologia: **Panitumumab 500 mg a cada 14 dias**. E, para tanto, REQUER, caso não haja cumprimento espontâneo, seja efetuado o **bloqueio mensal** e o subsequente sequestro de valores pertencente ao Município de Itajaí suficiente ao custeio do medicamento supracitado que o autor precisa fazer uso (tendo por referência o orçamento anexo), nos termos do art. 461§5º do CPC.

c) citação dos réus, nos endereços constantes linhas acima, para, querendo, contestar ao pedido no prazo legal;

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

d) ao final, seja julgada a ação procedente, para que seja reconhecido o direito da parte autora em receber o medicamento supracitado, condenando os réus na obrigação de fazer consistente em fornecer e aplicar no requerente o medicamento na seguinte posologia: **Panitumumab 500 mg a cada 14 dias**, sob pena de, não o fazendo, ser o réu condenado à multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), ou outro valor que entender Vossa Excelência adequado, nos termos do artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil, sem prejuízo de medidas outras que visem o resultado prático equivalente (art. 461, § 5º, CPC);

e) sejam os réus condenados ao pagamento dos honorários advocatícios a serem arbitrados por este Juízo em favor do Fundo da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, conforme artigo 4º, XIX, LCE n. 575/2012 e artigo 4º, XXI, da LC 80/1994;

f) tendo em vista os documentos já acostados a esta exordial, a dispensa de realização de prova pericial, nos termos do artigo 427 do Código de Processo Civil, bem como informa não haver testemunhas a arrolar. E caso este juízo entenda ser essencial a produção de prova pericial, requer sejam considerados como quesitos as indagações constantes no questionário médico fornecido por esta Defensoria Pública anexo a esta inicial

Finalmente, nos termos da legislação vigente, requer sejam observadas as prerrogativas da contagem de todos os prazos em dobro e intimação pessoal da Defensoria Pública.

Atribui-se à causa o valor de **R\$ 217.350,00 (duzentos e dezessete mil, trezentos e cinquenta reais) – valor este referente ao custo anual do medicamento, conforme menor orçamento anexado.**

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

Itajaí (SC), 16 de agosto de 2016.

TIAGO DE OLIVEIRA RUMMLER

DEFENSOR PÚBLICO

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243



Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina
4º Ofício do Núcleo Regional de Itajaí

ROL DE DOCUMENTOS

1. Documentos de identificação pessoal da autora e de seu cônjuge, bem como seu cartão do SUS;
2. Cópia do comprovante de residência da autora e respectiva declaração;
3. Cópia do comprovante de pagamento da autora e de seu cônjuge e declaração de pobreza de ambos;
4. Relatório Médico;
5. Termo de consentimento para quebra de sigilo médico;
6. Questionário médico preenchido pelo médico do autor fornecido pela DPE/SC;
7. Negativas de fornecimento do fármaco;
8. Orçamentos do medicamento;

DEFENSORIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM ITAJAÍ

Avenida Coronel Marcos Konder, nº 747- Centro- Itajaí/SC (CEP 88301-303)

Fone: (47) 3398-6243